

“Espíritos Inflamados”: Divergências de projetos políticos no Ceará para a construção do Estado Nacional Brasileiro, 1831-1840

Keile Socorro Leite Felix*

Resumo

Buscando compreender o processo de Independência do Brasil e os vários projetos políticos surgidos a partir daí, o presente artigo pretende debater como se deu no Ceará as disputas para construção do Estado Nacional Brasileiro tendo como enfoque o Período Regencial e a Revolta que teve início em 1831, conhecida na historiografia como Revolta de Pinto Madeira. Palavras-chave: Revolta, Restauração, Estado Nacional

A história do mosaico luso-americano é inseparável da história de sua moldura, isto é, do Estado que esteve à frente de sua formação. Nesta direção, a mais que centenária ênfase historiográfica brasileira na confrontação dos processos de independência dos Estados hispano-americanos e o brasileiro, sempre destacando a fragmentação como característica do primeiro e o caráter unitário do segundo, pode resultar num beco sem saída se forem ignoradas as diferenças entre os fundamentos das Monarquias em cujo âmbito as diversidades engendradas por conquistas e colonização foram sendo progressivamente acomodadas.(JANCSÓ, 2005:19)

Como discutido por István Jancsó, embora já bem debatido, o processo de Independência do Brasil é um período ainda bastante aberto ao debate historiográfico, haja vista as novas concepções e possibilidades de pesquisa colocadas por novas problemáticas e abordagens. Por um longo período, o debate sobre este processo ficou centrado em uma oposição entre Colônia e Metrópole (PRADO Jr, 1942), por se entender como antagônicas as relações entre os dois reinos, no entanto, trabalhos mais recentes¹ passaram a perceber que as relações entre estes dois espaços eram mais próximas do que pareciam. Além de certas convergências de interesses entre os dois reinos outra questão permeia o recente debate acerca

¹ * Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará e bolsista Propag/Capes.

Os trabalhos publicados no livro: JANCSÓ, István (org). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCUTEC: FAPESP, 2005, tiveram por objetivo justamente, através dos seus artigos, demonstrarem como se encontra o debate mais recente deste processo tão discutido e ainda tão rico em possibilidades de análises. Seus autores discutem como o processo de Independência se apresentou de formas variadas nas diversas partes do que hoje denominamos Brasil, uma vez que os interesses eram também de natureza diversas. Além deste trabalho podemos citar também: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007. MELLO, Janaína Cardoso de. *Relações Internacionais Luso-Brasileiras na Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, século XIX*. In: I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE, Recife, Pernambuco, Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje de 3 a 5 de outubro de 2007 Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-87459-57-2. LEITE, Douglas Guimarães. *Sabinos e Diversos. Emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Dissertação de Mestrado defendida na UFBA, 2006. FEDMAN, Ariel. *A construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)*. Revista Aulas. Dossiê identidades nacionais. N. 2. Outubro e Novembro de 2006. Organização: Glaydson José da Silva.

da Independência, qual seja o *mito da unidade*, quer se tratasse da unidade de idéias quer se tratasse da unidade territorial.

Este tipo de abordagem centrou a discussão em torno do Rio de Janeiro e os vários movimentos contestatórios foram interpretados como debates e interesses regionais que estavam a ferir a *causa nacional*. No entanto, os novos enfoques dado ao período nos levam a refletir sobre a cristalização de certas verdades, pois em contato com novas fontes e, ainda reinterpretando fontes consagradas passamos a perceber que nem o processo de Independência aconteceu de forma *natural e pacífico*² nem os debates acerca da construção do Estado Nacional Brasileiro se deram em torno de uma homogeneidade de idéias.

Ao analisar o livro de István Jancsó, Lucília Siqueira chega à seguinte conclusão sobre este período conturbado da história do Brasil:

Em cada região, os conflitos tomaram coloração e força variadas, dependendo da natureza dos liames mais e menos estreitos que se tinha com Lisboa (...) da dimensão e da resistência da escravaria e dos forros no conjunto da população, da intensidade da pressão exercida pelos pobres que nasceram livres, do grau de militarização, do nível de disseminação das idéias ilustradas e da maneira como eram assimiladas e, ainda, do entrosamento que os mais abastados tinham ou não com a Corte do Rio de Janeiro. A situação criada pelo movimento liberal português expôs muito mais as diferenças de pensamento e intensificou a luta política no Reino americano; isso se fez, nas diferentes províncias, por facções ancoradas em um conjunto de motivações distintas mas bastante pegadas, as quais cabe ao historiador distinguir.(SIQUEIRA, 2006: 83).

No Ceará os conflitos que tiveram como questão central a separação política e a construção do Estado Nacional podem ser divididos em pelo menos três etapas diferentes, quais sejam: a Revolta de 1817, a Confederação do Equador em 1824 e a revolta de Pinto Madeira em 1831. Iremos analisar aqui este último conflito que teve início em dezembro de 1831 e que mesmo tendo sido controlado em outubro de 1832 com a prisão de seus principais líderes e com a morte em 1834 de seu principal idealizar, Joaquim Pinto Madeira, ainda provocou medos e anseios durante toda a década dos anos trinta.

² No livro: HOLANDA, Sergio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1960, T: II, “O Brasil Monárquico”. Sérgio Buarque analisa o quanto estas questões estavam abertas e com muitas possibilidades de ações ao analisar que aspirações como as da *Independência e da unidade* não só não nasceram juntas como por um longo período elas não caminham de mãos dadas. Ou seja, foram medidas que passaram a ser arquitetadas de acordo com a apresentação das circunstâncias.

Como mencionado acima os conflitos armados tiveram início em 1831, ou seja, algum tempo após a Abdicação. Este episódio de nossa história está intimamente relacionado com este conflito que se deu no Ceará. A notícia, por parte das autoridades competentes, da abdicação somente se deu alguns dias após o ocorrido no Rio de Janeiro em virtude das dificuldades de comunicação existente entre os vários *Brasis*. Dessa forma, esta notícia chega da seguinte forma à província do Ceará:

*Cearenses, noticias embora não officiaes porem certas acabão de nos annunciar a completa Independência do Brasil, o Príncipe Brasileiro está collocado no Throno dos Brasileiros! Dom Pedro Primeiro abdicou a Coroa e baqueou a Facção Liberticida. O despotismo desapareceu com elle, e hoje só triumpha a Constituição. Tão gloriosos acto não foi manchado com huma só gotta de sangue. O Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco entre aplausos solemnisão a Elevação de D. Pedro Segundo (...). Apareceu a revolução e com ella a paz e a tranquillidade publica. Cearenses, reine esta entre nós e esperemos ordem da Regencia para solememente proclamarmos o Imperador Brasileiro, o Snr. D. Pedro Segundo. O Governo e o Concelho estabelecido confião em vos. Descansai no nosso patriotismo (...). Cearenses. Viva a Nação Brasileira. Viva a Constituição, o Snr. D. Pedro Segundo, a Regencia, e a Independencia do Brasil. Viva Viva Viva.*³

Como podemos perceber o vice-presidente busca através de seu pronunciamento criar algumas idéias que servirão de justificativas para reprimir a revolta que se dará em dezembro. Entre estas idéias podemos citar: tomando por base as províncias da Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro passa-se a idéia de uma homogeneidade de idéias ao colocar que todos⁴ aprovavam a abdicação; e ainda, que todo o processo da Independência havia sido conseguido pelo afinamento de interesse, logo não havendo a necessidade de derramamento de sangue. Não estamos dizendo que ele já estava prevendo os acontecimentos futuros e que já tentava argumentar através do seu discurso as idéias que buscariam deslegitimar os ideários da revolta de 1831, embora ela já viesse se desenhando desde pelo menos a segunda metade da década de vinte. No entanto, fica claro que Castro Silva já começava a tecer uma série de argumentos para legitimar a nova realidade e justificar alguns ideários como o da *unidade*.

Más, o vice-presidente enganou-se ao pensar que este seria o momento da “paz” e da “tranqüilidade publica”, pois se esta “revolução” veio para agradar alguns para muitos ela significava perda de espaço e de poder e as disputas não demoraram a acontecer.

³ Comunicado do Vice-Presidente da Província do Ceará, José de Castro Silva, em 13 de maio de 1831, aos “cearenses” dando a noticia da abdicação do Imperador D. Pedro I.

⁴ Ou seja, dando ênfase às principais províncias do “País”, aquelas mais poderosas econômicas e politicamente do período, o vice-presidente deixava transparecer que por estas serem as províncias de onde, principalmente, se saíam as tomadas de decisões e por estarem apoiando e aprovando a abdicação elas seriam não só um exemplo a ser seguido como também o melhor a ser feito.

Vamos conhecer um pouco da história de Joaquim Pinto Madeira. Ele nasceu em 1783. Segundo consta na historiografia (THEBERGE, 1943) ele teria tido educação modesta, mas fez carreira militar e nesse ramo adquiriu prestígio e poder na região do Cariri, área essa que era para o período muito importante, uma vez que não existia uma articulação muito forte entre as vilas e essa região junto com o vale do Jaguaribe eram as mais populosas e agrícolas do Ceará (MELLO, 1984). No ano de 1816 foi ele admitido na irmandade “Irmãos do Sacramento do Crato” aos 33 anos de idade. Como filho de militar optou por seguir a carreira de seu pai, Ponciano Madeira. Durante os conflitos de 1817 ele já era militar e como membro das forças legalistas lutou ao lado de seu padrinho e protetor José Pereira Filgueiras, militar de grande influência na área do Cariri, contra os “patriotas”. Durante a Confederação do Equador, Madeira esteve presente em várias batalhas onde as tropas legalistas estavam a debelar os “revoltosos” e foi o responsável por escoltar os membros da família Alencar a Fortaleza quando da prisão deste.

Tendo sua atuação reconhecida enquanto membro pertencente às tropas legalistas que ajudou na repressão a Confederação do Equador, Pinto Madeira foi agraciado com a patente de Coronel e com o cargo de Coronel e Comandante Geral das Armas do Crato e Jardim. No entanto, desde este período teve que se defender de acusações de “absolutismo” e de “insultar o povo a rebeldia”, acusações estas das quais se saiu livre, por contar com o apoio do Imperador. Más com a Abdicação a situação passava a ser invertida, pois ele, um absolutista convicto que teve a ousadia de se alistar à Sociedade Secreta Coluna do Trono e do Altar⁵ em uma de suas viagens a Recife e, mais ainda de ceder a sua casa para sediar as reuniões secretas da sociedade, em 1830, passou a ser alvo fácil de seus opositores após a Abdicação, pois este momento foi marcado pelo retorno ao poder daqueles que defendiam posições mais liberais.

No Ceará, a vila que continha mais representantes de tendência liberal era o Crato e os *homens bons*⁶ desta vila, composto principalmente por membros da família Alencar e pessoas à ela ligada, além de serem opositores políticos das idéias de Pinto Madeira também o rechaçavam por considerá-lo o carrasco da família durante as repressões de 1824. Madeira por sua vez, recebeu apoio da câmara de Jardim, sendo que estas duas vilas também já tinham

⁵ Faziam parte desta sociedade, no Ceará, além dele, frei Luiz do Espírito Santo Ferreira, o ouvidor da comarca Pedro José de Moraes Mayer, o vigário de Jardim Antonio Manoel de Sousa, o tenente-coronel João André Teixeira e o padre Antonio dos Santos de Andrade.

⁶ FRAGOSO, JOÃO Luis Ribeiro. *Homes de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

suas rixas desde o começo do século. E foi justamente entre estas duas vilas que se tem início o conflito. Em 19 de maio de 1831 a câmara do Crato oficia⁷ ao vice-presidente da província que Pinto Madeira estava seduzindo “povos a favor do absolutismo” e que por esta razão deveria ser considerado “inimigo da nação”.

Com o objetivo de apaziguar os ânimos e evitar maiores contendas o governo envia o Ouvidor para visitar as duas vilas e averiguar o que estava acontecendo, este produziu um relatório no qual enfatizava que considerava necessário que se mantivesse um contingente armado na vila de Jardim uma vez que havia percebido que estes não eram muito constitucionais porque não utilizavam o *laço nacional*⁸.

A câmara do Crato voltou a se reunir no dia seis de junho e neste momento foi apresentado um ofício⁹ em que se pedia a prisão de algumas pessoas consideradas “inimigas da Nação” por defenderem o absolutismo e por quererem o retorno de D. Pedro I. Mais uma vez Pinto Madeira era acusado de traição à Pátria. Apoiando Madeira, a câmara de Jardim também se reuniu em 14 de outubro e declarou que entregava seu estandarte a Pinto Madeira em nome do “Povo” o nomeando comandante de suas milícias, a partir desta data passaram a recrutar pessoas tanto na casa de Madeira como na casa do padre Manuel de Sousa. Segunda consta na historiografia eles conseguiram recrutar mais de 3.000 pessoas. Com o cenário todo armado só faltava à deflagração da revolta que teve início em 27 de dezembro quando tomando a frente nos embates as tropas revoltosas atacaram as tropas legalistas¹⁰ em Buriti.

Analisaremos agora dois trechos de documentos em que se percebem mais claramente as disputas locais por projetos políticos divergentes.

⁷ APEC: Fundo: Câmaras Municipais, Série: Correspondências Expedidas, Local: Crato, Data-Limite: 1829-1870

⁸ APEC: Fundo: Câmaras Municipais, Série: Correspondências Expedidas e Recebidas – Fortaleza, data-limite: (1818-1845). Ver também: PINHEIRO, Irineu. *Joaquim Pinto Madeira e a Revolução de 1832*. Revista do Instituto do Ceará. T: LVII.

⁹ APEC: Fundo: Câmaras Municipais, Série: Correspondências Expedidas – Crato, data-limite: (1829-1870). Assinaram a ata da câmara do Crato na reunião extraordinária de 06 de junho de 1831: Tomaz José Leite de Chaves e Melo; Maciel, P, Melo.; P, Lima; Rabelo Moreira; Gonçalo Luis Teles de Menezes; Joaquim Antonio Bezerra de Menezes; Francisco Cardoso de Matos; Antonio Cândido de Sousa; Luis Xavier Torres e Canuto José de Aguiar.

¹⁰ Consideramos as milícias cratenses legalistas por estarem defendendo o projeto que se colocava vencedor, ou seja, por defenderem a abdicação e o fim do absolutismo e as tropas jardinenses como revoltosas por estarem indo contra estes preceitos, no entanto, acreditamos que este era um momento de extrema instabilidade política e que qualquer uma das propostas poderia se sair vencedora.

*(...) sou a dizer a Vossa Senhoria, que a requisição dos povos deste termo vou entrar já, e ocupar com as minhas tropas todos os pontos em que possam servir de guarda as Justiças de sua Magestade Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo, mantendo religiosamente a constituição, que temos jurado, chamando a ordem todos os perturbadores do suceso publico, para o que a requisição dos mesmos povos empunhei a bandeira do Brazil, e que Vossa Senhoria atacou diretamente, sem ter respeito aos artigos do seu regulamento, e por isso deve ser considerado como hum inimigo da Nação(...)*¹¹

*(...) fazer presente a Regência os successos extraordinários que infelizmente tiverão lugar a Comarca do Crato desta província no dia 27 de dezembro (...) conhecerá VEx. até que ponto chegou a rebeldia dos sediosos do Jardim Joaquim Pinto Madeira e Antonio Manoel de Souza que para proclamarem maldito absolutismo e restabelecerem no Trono do Brasil o Tirano[sic] D. Pedro I se insurgirão com hum numeroso sequito de cabras facinorosos e accometendo a villa do Crato (...)*¹²

O primeiro documento analisado foi uma carta que Pinto Madeira enviou para o comandante das tropas legalistas em que deixava claro os seus reais interesses. Ou seja, ocupar os lugares – entendam-se físico e administrativo – que pudessem servir de apoio, de aparato para o Imperador recém posto, D. Pedro II. Os Restauradores que em sua grande maioria eram também absolutistas viam com maus olhos as ações dos liberais. Mesmo compondo um grupo heterogêneo - composto de fazendeiros, padres, magistrados, intelectuais, lavradores pobres, negros, índios – que ora aliavam-se ora combatiam-se eles defendiam a soberania monárquica e o poder dos soberanos locais, daí decorra talvez a saudação que Madeira faz aos “*grandes habitantes de Jardim*” ressaltando a afirmação de que os interesses locais estavam na pauta da discussão.

Residindo já aí uma divergência entre as defesas do grupo de Madeira e o projeto defendido no Rio de Janeiro desde a década de vinte sob os olhares do Imperador e de José Bonifácio e que no Ceará tinha como principal defensor os membros da câmara do Crato e de Fortaleza, além do Presidente da Província, qual seja criar um programa de centralização que tinha por objetivo unir as demais províncias em torno do Rio de Janeiro. Ao defender os interesses da “Pátria local” Madeira estava indo de encontro ao projeto que se saiu vencedor no Rio de Janeiro, pois José Bonifácio pretendia derrubar o protecionismo, na medida em que os interesses locais sendo colocados acima dos interesses dito “nacionais” representavam uma ameaça à integração do território. Entretanto, como poderemos perceber através da revolta, durante o período regencial estes sentimentos locais ainda permaneciam presentes nos interesses de muitos.

¹¹ APEC: Fundo: Câmaras Municipais, Série: Correspondências Expedidas – Icó. Carta enviada por Joaquim Pinto Madeira, onde se intitula “Comandante do exército restaurador da boa ordem e auxiliador das Leis Constitucionais” ao tenente Luiz Rodrigues Chaves, chefe das tropas legalistas.

¹² APEC: Fundo: Executivo Provincial, Série: Do Presidente da província ao ministério do Império, Data-Limite: 1831-1833, Ala: 19 Estante: 406 Livro: 90. Ofício de 25 de janeiro de 1832.

Nesta carta ele deixa transparecer a idéia de que, ao contrário do que a ele era imputado, ele não era um “inimigo da nação”, posto que em sua luta estava apenas cumprindo a constituição vigente ao defender a manutenção no cargo do chefe desta “nação” que ele entendia como sendo D. Pedro I, a figura maior que representava a formação do grande Reino Unido, pois se percebe que era dessa forma que compreendia a “nação”, não como a nação brasileira mas como o grande império luso-brasileiro.

O segundo trata do ofício enviado pelo presidente da província ao Ministro do Império em que relata a situação da província e como os povos a quem o poder instituído não tinha colocado muito crédito estava agora conseguindo grandes méritos ao tomar o poder no Crato e se deslocando rumo à vila de Icó, uma das mais importantes econômico e estrategicamente. Como podemos perceber esta revolta não foi simplesmente fruto de uma rixa local como é apresentada em boa parte da historiografia¹³.

Através da justificativa de Madeira em sua carta percebe-se que para ele existia uma revolução iminente e que cabia ao seu grupo a tarefa da contra-revolução com o objetivo de manter o *status quo* existente que tão bem os beneficiavam, pois durante a década de vinte angariaram muito prestígio junto à pessoa do Imperador passando a assumirem a postura de restauradores após a Abdicação

Neste sentido, o grupo que primeiramente se opôs as idéias do grupo de Pinto Madeira pode ser classificado como pertencente ao grupo dos moderados, pois defendiam que a Abdicação havia sido uma revolução, mas fizeram de tudo para contê-la uma vez que acreditavam na necessidade de desvinculação do país com o Antigo Regime, mas com esta desvinculação se dando de maneira lenta e gradual, pois neste momento a soberania da Nação era mais importante e diferente da soberania popular. E este era o principal receio dos moderados, que a idéia de liberdade da Nação se confundisse com liberdade individual e que o termo revolução ganhasse mais força do que o desejado, não podemos esquecer que Madeira conseguiu angariar muitos apoios e que o decisivo para que conseguisse se manter na luta armada foi o grande número de recrutas pobres, negros, escravos, mestiços, entre outros¹⁴.

¹³ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Ideologia e Conflito no Nordeste Rural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. PINHEIRO, Raimundo Teles. *Guerra do Pinto*. RIC: T-XCIX. ARAGÃO, R. Batista. *Julgamento e assassinato jurídico de Pinto Madeira*, In: *História do Ceará*. Ed. Fortaleza: IOCE, 1987. NASCIMENTO, F. S. *Julgamento de Pinto Madeira*, In: *Crato – Lançamentos políticos e culturais*. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1998.

¹⁴ Além das classes sociais já citadas, o grupo de Madeira era composto também por padres, militares, camaristas, comerciantes, como: Antonio Manuel de Sousa, João de Caldas de Campos de Oliveria, Joaquim Gonçalves Aires, Matias Francisco de Amorim, Pe. Inácio da Cunha, Miguel Torcato Bezerra de Bulhões,

O que buscamos debater neste artigo foi como durante a primeira metade da década de 1830 os ideais de centralização e de unificação do território brasileiro ainda não estavam consolidados haja vista o grande número de projetos divergentes existentes no Brasil, divergências estas que vão acontecer também na província do Ceará, local em que a falta de consensos pode ter se dado mais fortemente em virtude de certa autonomia que a província detinha em relação ao poder que se colocou central desde 1808 no Rio de Janeiro. Assim sendo, acreditamos serem simplistas as afirmações de que esta revolta teve apenas proporções e ideais regionais.

Como vimos, a causa restauracionista possuía articulações e foi o movimento de contestação do poder central que mais provocou temor no poder instituído, pois suas idéias eram as que mais confrontavam o projeto de Bonifácio, sobretudo no que toca a questão da unidade, ideal que vinha sendo defendido desde a década de 1820 mas que não se apresentava como consenso e esta falta de articulação entre as elites abriu espaço para revoltas em que seus adeptos não viam com bons olhos os ideais que pareciam vir de uma elite – a fluminense – que buscava se sobrepôr às demais.

Ao defender um projeto restauracionista após a Abdicação de D. Pedro I, Pinto Madeira não estava sendo incoerente, pois com a Abdicação seu grupo passou a ver que eles poderiam perder seu *status quo* e o prestígio que haviam angariado durante uma década, posto que os liberais de outrora, que agora em grande parte passavam a ser moderados, iriam defender para si estes postos que eram em si garantia de poder.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

FEDMAN, Ariel. *A construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)*. Revista Aulas. Dossiê identidades nacionais. N. 2. Outubro e Novembro de 2006. Organização: Glaydson José da Silva.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1960, T: II, “O Brasil Monárquico”

Francisco Xavier de Sousa, Francisco Xavier Veneno, Capm. Luiz Pais, Antonio Rodrigues de Figueiredo Siebra, o cabra Francisco da Conceição, Estevão de tal e seu irmão Antonio Pereira, José Dantas Rothéia. destacamos ainda que o grupo do Ceará teve articulação com os chefes da guerra dos cabanos em Pernambuco, revolta de cunho restauracionista que teve início em 1832, José Dantas Rothéia e Domingos Lourenço Torres Galindo.

LEITE, Douglas Guimarães. *Sabinos e Diversos. Emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Dissertação de Mestrado defendida na UFBA, 2006.

JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*.

MELLO, Janaína Cardoso de. *Relações Internacionais Luso-Brasileiras na Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, século XIX*. In: I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE, Recife, Pernambuco, Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje de 3 a 5 de outubro de 2007 Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-87459-57-2.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre Brasil e Portugal. *Almanack braziliense*, nº 03, 2006.

THEBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Fortaleza: Henriqueta Galeno. 1973.